

NOTA DO PT

Governo entreguista criou crise dos combustíveis

A paralisação do transporte rodoviário no país é resultado direto da política irresponsável de preços de combustíveis da Petrobras sob o governo golpista, que atingiu primeiramente a população mais pobre, com os aumentos escandalosos do gás de cozinha. Trata-se de uma crise anunciada e agravada pelo noticiário da Rede Globo, que estimula a corrida aos postos e supermercados, além da especulação com preços dos alimentos. A Globo investe na crise, como fez em 2013 e ao longo do golpe do impeachment de 2016.

O protesto contra a alta dos combustíveis é justo. Foram absurdos 229 reajustes no preço do diesel nos últimos dois anos. Nos 12 anos de governo do PT, foram apenas 16 reajustes.

Na época dos governos do PT os preços do diesel, da gasolina e do gás acompanhavam os preços internacionais em ciclos longos. Os reajustes eram feitos de forma espaçada e moderada, conciliando os interesses da empresa com os interesses maiores do bem-estar públi-

co e da eficiência global da economia. Já a gestão golpista da Petrobras adotou uma política de transferência compulsória e imediata das oscilações internacionais para o mercado interno e de maximização dos preços dos derivados, com o intuito único de remunerar os acionistas e tornar a empresa atrativa para as privatizações setoriais a que é atualmente submetida. Tal política, que trata a Petrobras como se fosse uma bolha privada desconectada do interesse nacional, provocou uma volatilidade absurda dos preços, que passaram a ser reajustados, em alguns casos, de forma praticamente diária.

É por isso que o preço do diesel no Brasil está hoje bem acima do preço internacional do produto (56% acima). É por isso que o Brasil está com a segunda gasolina mais cara do mundo. É por isso que a população mais pobre não consegue mais comprar botijões de gás. É por tal razão que a economia brasileira está paralisando. É por isso que o Brasil está importando cada vez mais combustíveis de grandes petroleiras norte-americanas, como Chevron, Exxon, etc.

Além disso, a direção entreguista da Petrobras reduziu em cerca de 30% a produção de combustíveis em nossas refinarias, abrindo o imenso mercado brasileiro para a importação de combustíveis. Nossas importações de derivados norte-americanos subiram de 41% para 82%. Estamos exportando óleo cru, ao invés de refiná-lo aqui mesmo, e comprando combustível mais caro no estrangeiro, que muitas vezes é produzido a partir do nosso petróleo.

TEMER

**229
reajustes
em 2 anos**

A política do governo golpista produziu um valor do diesel 56% acima do preço internacional.

E Brasil está com a segunda gasolina mais cara do mundo.

LULA

**16 reajustes
em 12 anos**

Leia mais em <https://bit.ly/2sbuPG1>

Crítica ao Manifesto do Cinismo produzido por fomentadores do Estado de Exceção



Assista ao pronunciamento do deputado acessando <https://bit.ly/2s6PjQj>

O deputado Adão Villaverde (PT) disse, na tribuna, na tarde de terça-feira (22), que a greve dos caminhoneiros contra o aumento do combustível é clara evidencia de que a economia brasileira está batendo no fundo do poço.

Em sua manifestação, na sessão plenária, o parlamentar classificou a política praticada pela direção da Petrobras como ‘suicida’ pois destina-se a salvar os acionistas da empresa e privilegiar os rentistas, mas acaba com os setores produtivos e arre-

benta com a economia do país.

Villaverde referiu-se ao editorial de domingo (20) no jornal Estado de S. Paulo em que cita o líder tucano Fernando Henrique Cardoso pedindo moderação para evitar riscos à democracia ameaçada pelos posicionamentos de lados extremos.

Para ele, o melhor título para este texto seria “Manifesto do Cinismo” já que os tucanos compactuaram com os que estimularam a violência, fomentaram o fascismo, jogaram a Constituição no ralo para atacar direitos e conquistas trabalhistas e entregar o país.

O deputado observou que o combate à corrupção foi instrumentalizado contra Getúlio, Juscelino, Jango e Dilma e segue, por insistência de uma confederação de investidores e condenados que governa o país.

BANRISUL

Governo não consegue esclarecer as transações sobre a venda das ações do banco

O governo tergiversou, ou seja, se evadiu e deixou dúvidas ao tentar responder os questionamentos apresentados por parlamentares da Bancada do PT, quando foram analisadas as vendas de ações do Banrisul promovidas em abril deste ano. As indagações foram apresentadas durante a reunião da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa, nesta quinta-feira (24) pela manhã, ao presidente do Banco, Luiz Gonzaga Mota e ao secretário estadual da Fazenda, Luiz Antônio Bins. As suspeitas sobre as transações ficaram evidentes porque, por várias vezes, os deputados petistas tiveram que repetir indagações aos representantes do governo. Saiba mais em <https://bit.ly/2lluiGK>

Roger da Rosa - PTSUL

COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Audiências públicas propostas pelo mandato são aprovadas

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente aprovou, na manhã de quarta-feira (23), dois requerimentos de audiências públicas propostas pelo deputado Adão Villaverde (PT) e legitimadas pela Frente Parlamentar de Enfrentamento ao HIV/Aids no RS. O primeiro deles é relativo à situação da logística e acesso aos medicamentos de Programas Especiais no Rio Grande do Sul, que tem apresentado deficiências com a falta de estoque ou fracionamento de remédios. A isto, alia-se o congelamento de recursos destinados à saúde por 20 anos, aprovado recentemente atendendo determinação do governo federal, e que afeta gravemente a população mais

vulnerável.

Esta redução de investimentos no setor também foi base para o outro requerimento aprovado, que trata da Coinfecção Tuberculose e HIV/Aids no estado. Há riscos redobrados pela associação das duas doenças que provocam o aumento da mortalidade entre os mais pobres, muitas vezes excluídos da atenção necessária da sucateada rede de saúde pública do RS.

Presidente da Frente Parlamentar, Villaverde destaca que este debate sobre o HIV é de fundamental importância para esclarecer à população, alertar para os riscos e enfrentar a temática do preconceito contra quem sofre da doença.



Deputado destaca importância da defesa da liberdade de expressão

O deputado Adão Villaverde (PT) destacou a extrema importância da reafirmação da democracia e da defesa da liberdade de expressão que o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS (SindJors) tem pregado de modo permanente em sua atuação em nome da categoria.

A ponderação foi realizada durante ato que também prestou solidariedade ao SindJors, realizado na tarde desta segunda-feira (21), no Plenarinho da Assembleia, lotado por representantes de diversos movimentos sociais, entidades sindicais, jornalistas, parlamentares como Jeferson Fernandes, e assessores dos deputados Nelsinho Metalúrgico, Stela Farias, Valdeci Oliveira e do vereador da capital Marcelo Sgarbossa.

O parlamentar disse que foi usada uma velha e conhecida tática fascista com a manipulação feita pela mídia e repercutida pelos integrantes de grupos conhecidos pela intolerância nas redes sociais contra o presidente da entidade, Milton Simas Júnior, após disseminação de vídeo em que ele aparece sugerindo cuidados com a integridade a um colega de TV do Paraná que gravava em meio à indignação com o ataque a tiros contra vigília Lula Livre, em Curitiba.

“O método consiste em te acusar de algo que não fizestes para que empenhes toda a energia te defendendo”, assinalou.

Villaverde disse que vivemos tempos de obsessões obscurantistas que produz monstros que ameaçam voltar-se contra seus próprios criadores. Referiu-se a um editorial do jornal Estado de S. Paulo intitulado ‘Mobilização pela Democracia’ que define como “Manifesto do Cinismo” da publicação das elites neoliberais que promoveram o golpe e o ataque aos direitos sociais e as conquistas dos trabalhadores.

“Este ato é imprescindível para não deixarmos que se apropriem, do jeito que fizeram com a política com a desculpa do combate à corrupção desde Getúlio Vargas e Jango Goulart, até mesmo, agora, com a liberdade de expressão”, assegurou.

Todos os integrantes da mesa principal - dirigentes de centrais sindicais, sindicatos e deputados - foram unânicos em destacar que os ataques sofridos pelo Milton Simas, no episódio no Acampamento, nada mais foram do que



violências cometidas contra os sindicalistas, os trabalhadores e aqueles que estão nas ruas e na luta desde o dia 17 de abril de 2016, data DA votação do impeachment da presidenta Dilma Rousseff no Congresso Nacional. “Os ataques ao Simas foram uma tentativa da mídia hegemônica de liquidar uma organização de trabalhadores e a luta do sindicato dos jornalistas”, destacou a jornalista Renata Mielle, coordenadora nacional do FNDC.

Renata manifestou tristeza pela necessidade de realização de atos em defesa da democracia e liberdade de expressão principalmente porque nem todos têm a dimensão do golpe midiático, jurídico e parlamentar em curso no País. “Um golpe que retira direitos dos trabalhadores, rouba seus benefícios sociais e retira do poder um projeto político de uma Nação mais desenvolvida, mais soberana e com justiça social, para implantar um projeto que não foi vencido nas urnas”, disse. Logo, para este golpe se consolidar, prosseguiu a coordenadora do FNDC, é preciso calar as vozes dissonantes e retirar os direitos dos trabalhadores. “Mais do que nunca, a liberdade de expressão está no cerne desta questão”, frisou.

Simas afirmou que a democratização da comunicação passa por um dos primeiros aprendizados do jornalismo: ouvir o outro lado, dar voz ao contraditório. “O que ocorreu comigo em Curitiba foi exatamente o contrário. Vivi a intolerância das redes sociais, com ataques de todos os tipos e com o tratamento que é dispensado pela mídia golpista aos movimentos sociais - a criminalização e a desconstituição”, relatou o presidente do SINDJORS. Simas lembrou que a imprensa gaúcha, ágil em julgar, avaliar, conde-

nar e destruir, em nenhum momento lhe ouviu para uma apuração ética e precisa dos fatos. “Mesmo com a tentativa de impor a este presidente a marca de censor ou cerceador da liberdade de expressão, tenho orgulho de ser jornalista e sei o caminho que estou trilhando”, alertou. O presidente do sindicato disse que este caminho passa pela defesa da democracia, da liberdade de expressão, do livre exercício da profissão, do restabelecimento da obrigatoriedade do diploma e da defesa da comunicação pública. Aplaudido de pé ao final de sua fala contundente, o dirigente assegurou que o “sindicato quer uma imprensa comprometida em defender a democracia contra o totalitarismo e a barbárie que espreitam o avanço do retrocesso que se consolida, cada vez mais, no estado de exceção que vivemos”.

O Manifesto

Nós, abaixo assinados, firmamos o presente manifesto para defender a democracia e a liberdade de expressão, denunciar o papel da mídia no golpe de 2016 e prestar solidariedade ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul (SINDJORS), cujo presidente Milton Simas Júnior foi vítima de ataques descabidos e distorções dos fatos pelos veículos do monopólio de comunicação no Estado e nas redes sociais, por ocasião da sua visita no mês de abril, ao Acampamento Marisa Letícia, na Vigília Lula Livre, em Curitiba.

Leia mais em <https://bit.ly/2KM86bs>

Adama inaugura nova fábrica no município

Na terça-feira (22), em Taquari, o deputado Adão Villaverde (PT) participou do ato de inauguração da nova planta da empresa ADAMA, que tem mais de 40 anos de história no Brasil.

“Enquanto o presidente da nossa Petrobras, Pedro Parente, vende o Pré-Sal a preço de banana e o rentismo ganha dinheiro com o aumento do combustível, que cai na conta da população, aqui em Taquari o prefeito Emanuel Hassen de Jesus, o Maneco, e o vice, André Brito, seguem trazendo investimentos e ampliando plantas de empresas para gerar trabalho e renda para o município”, destacou o parlamentar.



Com o propósito de dar apoio à agricultura, o grupo Adama está presente em mais de 100 países, ocupando a sétima posição entre as maiores compa-

nias do setor. A Adama possui mais de 5.000 colaboradores, sete centros globais de pesquisa e desenvolvimento e 19 unidades.

AGENDE-SE

AULA PÚBLICA
com **CELSO AMORIM**
Golpe, Democracia e Soberania

4/6 SEGUNDA, 18H30
AUDITÓRIO DANTE BARONE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PORTO ALEGRE

#LULALIVRE #MARIELLEVIVE

DOVO SEM MSO

FRENTE BRASIL POPULAR-RS

SUL21 Debates

MARIA INÉS NASSIF DILMA ROUSSEFF MARCO WEISSHEIMER

LANÇAMENTO DO LIVRO
ENCICLOPÉDIA DO GOLPE VOL. 2
O PAPEL DA MÍDIA

7 junho 18h30 Auditório do Sindibancários
Rua General Câmara, 424 - Centro - Porto Alegre/RS

PROMOÇÃO: Sul21 DEFESA DA CLASSE TRABALHADORA APOIO: SindBancários

CONVITE

Obra “A Teoria da Dependência” será lançada hoje

A Editora FGV convida para o lançamento do livro.

A TEORIA DA DEPENDÊNCIA:
do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo

Claudia Wasserman

FGV EDITORA

Dia 25 de maio, sexta-feira, às 18h
Circulo Editora, livraria, café
Av. Osvaldo Aranha, 522
Bon Fim - Porto Alegre / RS

Nesta sexta-feira (25), a partir das 18h, ocorre o lançamento do livro “A Teoria da Dependência”, de Claudia Wasserman. A obra, editada pela FGV, conta a trajetória de quatro intelectuais que começaram suas vidas profissionais juntos e se tornaram amigos. Mas qual o interesse em estudar um grupo de amigos? O que os torna interessantes para a história do Brasil, da América Latina ou da região periférica como um todo? Esses intelectuais tiveram grande importância para a criação de um aparato teórico capaz de perscrutar a realidade latino-americana. O conjunto de reflexões resultantes desse empreendimento foi denominado Teoria da Dependência e serviu de base para pesquisas sobre toda a realidade periférica. As trajetórias de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank revelam as desventuras de intelectuais que nos anos 1960 discutiram a urgência da Revolução Brasileira, foram perseguidos pela ditadura militar, foram exilados e, com a anistia, retornaram ao Brasil procurando as marcas do passado.

Em defesa de uma reforma tributária para combater a desigualdade no Brasil



O deputado Adão Villaverde (PT) participou, na manhã de terça-feira (22), do seminário “Reforma Tributária Solidária: menos desigualdade, mais Brasil”, que ocorreu no Plenarinho da Assembleia Legislativa.

No evento, foi apresentado o Manifesto da Reforma Tributária Solidária,

um estudo que conta com a participação de mais de 40 especialistas, acadêmicos e profissionais da área que colaboraram para a construção de uma proposta que visa a reorganizar o modelo de tributação brasileiro, combatendo a desigualdade social, fortalecendo o Fisco, estabelecendo uma melhor

redistribuição de renda por meio da progressividade tributária.

Villaverde apontou que sistema tributário do país é injusto, regressivo e conservador. “Por isso mesmo nossa elite é chamada de elite do atraso”, apontou.

A atividade foi organizada pela Fenafisco, a Anfip e pelo Sindifisco-RS.

MANIFESTO

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) convidam você, cidadão brasileiro, a integrar o Movimento Reforma Tributária Solidária: Menos Desigualdade, Mais Brasil. A iniciativa vai estudar todos os impostos cobrados no Brasil e encontrar soluções para a desigualdade. O Movimento Reforma Tributária Solidária: Menos Desigualdade, Mais Brasil vai fomentar um debate amplo, plural e democrático para corrigir as anomalias crônicas do sistema tributário brasileiro. Estas podem ser percebidas na comparação com países capitalistas relativamente menos desiguais, nos quais o sistema de impostos tem caráter progressivo.

MUITO ALÉM DA DESIGUALDADE DA RENDA

Essa é uma das razões da vergonhosa distribuição da renda no Brasil, o aspecto mais pungente das disparidades sociais brasileiras. Entretanto, as desigualdades vão muito além dela, estando por toda a parte. Em pleno século 21, o país ainda não foi capaz sequer de enfrentar desigualdades históricas herdadas de mais de três séculos de escravidão. As desigualdades também se refletem na concentração da es-

trutura de propriedade, posse e uso da terra rural e urbana; no mercado de trabalho e na aguda disparidade de acesso aos bens e serviços sociais básicos entre classes sociais e regiões do país.

LIMITES DAS DEMAIS PROPOSTAS EM DEBATE

As diversas propostas de reforma tributária elaboradas por setores da sociedade, do governo, do parlamento e das associações de classes patronais tem o propósito precípua, unicamente, de simplificar o sistema.

O Movimento Reforma Tributária Solidária: Menos Desigualdade, Mais Brasil entende que a pretendida simplificação, apesar de importante, não enfrenta as anomalias crônicas do sistema tributário e tem um agravante adicional: se seguido este caminho restrito à simplificação, ele pode vital a representar o último suspiro do Estado social brasileiro, tardiamente inaugurado pela Constituição de 1988.

O QUE DIFERENCIA A NOSSA PROPOSTA

Para que se enfrentem as diversas faces da desigualdade social brasileira são necessárias mudanças estruturais

no sistema tributário nacional, cuja reforma deveria ser pautada por oito premissas fundamentais, apresentadas.

Conheça os principais pontos do Manifesto pela Reforma Tributária Solidária

1. Reforma tributária para o desenvolvimento: adequar o sistema brasileiro a modelos de sucesso de países desenvolvidos.

2. Financiamento do gasto social: reduzir desigualdades sociais, com o financiamento de políticas sociais.

3. Sistema tributário progressivo: aumentar a tributação direta, sobre a renda, propriedade e riqueza.

4. Redução da carga tributária indireta: diminuir a tributação sobre mercadorias, bens e serviços e pagamento.

5. Equilíbrio federativo: revisão do sistema de transferência e partilha dos impostos entre os estados.

6. Ampliação da tributação ambiental: inibir práticas predatórias, num cenário de graves ameaças ao meio ambiente

7. Comércio internacional: resgatar o papel da tributação aduaneira.

8. Fomento de ações para o aumento das receitas, sem o aumento da carga tributária: revisão das renúncias fiscais, enfrentamento da sonegação e controle da evasão fiscal maior eficiência da administração tributário.

Ao contrário*

L.F. VERISSIMO**

Os ingleses fizeram a primeira revolução republicana da História, mas, sabiamente, voltaram atrás e mantiveram a monarquia, intuindo que um poder não pode governar e dar espetáculo ao mesmo tempo. Na Inglaterra, o parlamento governa e a monarquia dá o espetáculo. A sabedoria da decisão se confirmou na era dos tabloides, para a qual o parlamento tem dado sua cota de escândalos e assunto, mas nada parecidos com os fornecidos pela família real. Pois o que são os rituais cotidianos e pecados venais de plebeus comparados com a pompa e as indiscrições de príncipes e princesas? A realeza é

paga para ser o teatro do poder, uma representação do Estado como drama familiar, como sitcom, para inspirar, divertir ou indignar os súditos. Ou enternece-los com cada novo bebê da Kate. Enquanto isso, os parlamentares governam.

No Brasil, ao contrário, somos anti-ingleses. Aqui o rei e sua família dão a sua cota de escândalo e assunto, mas o parlamento e o Judiciário é que têm dado o espetáculo. Revelam-nos a sua intimidade, os seus conflitos de lealdades e escrúpulos, os seus podres, as suas culpas e expiações - e seus pseudopríncipes, pseudoprincesas e maus atores - e concentram o interesse da imprensa e do público. O rei reteve alguns privilégios da monarquia absoluta, anteriores a todas as revoluções, mas os escândalos do palácio não se comparam aos escândalos do parlamento e das cortes. Com todos os seus problemas, caminhando rapidamente para

a irrelevância, Temer não chega nem a ser uma figura trágica. O espetáculo que ele dá é de uma vítima patética das circunstâncias que ele mesmo ajudou a criar, com o golpe na Dilma.

Já se disse que o Brasil está várias revoluções atrasado. Se nem o fim do feudalismo foi providenciado ainda, não se pode pensar em implantar o sistema inglês aqui - como naquele anúncio que oferecia mudas de árvores milenares - nem tentar acertar o funcionamento dessa nossa monarquia parlamentar ao avesso para poupar nossos parlamentares da desmoralização total. Na própria Inglaterra, já tem muita gente achando que a monarquia é um anacronismo condenado, cujo custo não compensa o teatro. Vão acabar dizendo o mesmo do Congresso brasileiro.

**Artigo publicado nos jornais Estadão, O Globo e Zero Hora em 24 de maio de 2018*

***Escritor*

O GOVERNADOR E O DESRESPEITO À LEI*

CARLOS ROBERTO LOFEGO CANÍBAL**

Recentemente, o governo do Estado encaminhou projeto de lei para reforma do Ipergs. Ao examinarmos o projeto, já sabíamos que a Assembleia, por vários motivos, não o aprovaria. Examinando o projeto, verificamos que nele havia vários erros que um governo não pode cometer. Erros gramaticais que evoluíram para inconstitucionalidades manifestas e qualificadas.

Dialogamos com o então presidente do Ipergs e o governo. Concordaram conosco (Poder Judiciário e Ajuris). Reformamos o projeto do governo, que aceitou, encaminhando as emendas por nós levadas a efeito à Assembleia, que, então, as aprovou.

Ocorre que o sr. governador vetou, descumprindo o acordo e a lei, dispositivo que previa o repasse dos servidores como manda o art. 156, da CE. E confessa que quer se apropriar destes valores para aplicar no

sistema financeiro e ficar com os rendimentos, que pertencem, obviamente, a seus titulares.

Sabe que estes valores integram os direitos fundamentais dos eleitores e que o Estado deve ser, sempre, o primeiro a resguardá-los.

A manutenção do veto é como um risco na água

Aliás, isto consta nos arts. 168 da CF e 156 da CE. Já os pagamentos dos servidores no final do mês (art. 35, da CE) dizem respeito ao pagamento remuneratório mensal destes. Coisas absolutamente distintas.

Como se vê, mesmo que o veto fosse mantido, temos ainda as Constituições acima referidas para cumprir. Assim, a manutenção do veto é como um risco na água, porque, certamente, não tem o sr. governador

competência para descumprir as Constituições antes referidas que dizem exatamente o que se contém no parágrafo vetado.

Com este veto, o sr. governador descumprir um dos fundamentos da República, que é a dignidade da pessoa humana, art. 1º, III, da CF, não tendo nenhuma preocupação para erradicar a pobreza, que também é um fundamento da República, artigo 3º, III, da CF. Ao contrário, investe em estabelecer a pobreza dos servidores com o veto.

Como devemos, servidores, eleitores e cidadãos, denominar conduta que tal? É a pergunta que me faço desde então.

**Artigo publicado no jornal Zero Hora em 25 de maio de 2018*

***Desembargador TJ/RS*

Audiência defende suspensão do decreto que trata da legislação sanitária para carne e derivados

A assessoria do deputado Adão Villaverde (PT) participou, na quinta-feira (24), de audiência pública que teve como um dos principais encaminhamentos a suspensão dos efeitos do Decreto 53.304/2016, do governo do Estado, que trata da legislação sanitária para produtos como carnes e derivados. A atividade ocorreu no âmbito da Comissão de Segurança e Serviços Públicos e aprovou um documento contendo um conjunto de sugestões apresentadas por parlamentares e proprietários de pequenos estabelecimentos comerciais, que será enviado ao grupo de trabalho, instituído pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marlon Santos (PDT), com a finalidade de propor alterações no decreto governamental.

O documento pleiteia que a nova legislação considere a transformação de produtos de origem animal de forma industrial e também artesanal, e leve em conta a capacidade operacional dos estabelecimentos e o direito do consumidor. Além disso, defende o fim do sobreposição das atribuições das secretarias da Saúde e da Agricultura na fiscalização e a criação de uma linha de crédito específica no Bannisul para que os estabelecimentos comerciais possam se adequar às exigências da lei.

Entre os presentes no encontro, o vereador de Pelotas Marcos Ferreira, o Marcola, que sempre teve fortes vínculos com o mandato de Villaverde.



#LULALIVRE

Mais de 70 cidades lançam pré-candidatura de Lula à presidência

No dia 27 de maio, a pré-candidatura de Lula será apresentada em mais de 70 cidades, mostrando para a população que ele é o único plano do PT

Líder absoluto em todas as pesquisas eleitorais, Luiz Inácio Lula da Silva será registrado candidato à Presidência da República pelo PT no dia 15 de agosto. Neste domingo (27), acontece o lançamento da pré-candidatura de Lula em mais de 70 cidades, em quase todos os estados do Brasil. Algumas cidades também realizam atos em outros dias da semana, conforme a capacidade local de mobilização.

Vítima de uma perseguição jurídico-midiática, Lula é mantido como preso político em Curitiba justamente porque é o nome preferido da parcela mais expressiva da população brasileira, aqueles que sabem quem fez o melhor pelo Brasil, para crescer combatendo as desigualdades e promovendo distribuição de renda.



Leia mais em <https://bit.ly/2ktAdAN>